Um dos maiores obstáculos que enfrenta o analista da sociedade tem a ver com a linguagem, com seu caráter marcadamente social, tanto do ponto de vista de seus usuários como do ponto de vista de seus significados historicamente mutantes.

o praticante do oficio deve saber que os problemas a considerar são similares em dificuldade aos que enfrenta o praticante de qualquer ciência social que trabalha com a ideia de produção de novos conhecimentos mediante o empenho na formulação de novas perguntas e de uma atividade controlada de construção de tentativas parciais de resposta.

Um desses problemas que o historiador deve enfrentar de imedia to em seu trabalho está relacionado, precisamente, com a linguagem. Não é estranho que os problemas da semantica histórica tenham termi nado no século XX ocupando uma posição destacada na hierarquia dos problemas que o historiador enfrenta em seu trabalho, ao lado do problema do tempo histórico e das escalas de análise, pois se trata de um século que conheceu notáveis evoluções no campo da filoso fia analítica - que é em grande parte uma filosofia da linguagem -, cujas conquistas, em grande medida, mudaram a própria figura da análise filosófica.

Uma preocupação constante na filosofia medieval e na filosofia dos inícios dos tempos modernos, mas que logo foi um tanto eclipsada em beneficio de discussões sobre o método histórico que tinha a ver, antes de tudo, com a erudição, com a criação dos grandes arquivos monárquicos (e no século XIX, nacionais), Enquanto isso, seus colegas das épocas recentes contavam com grandes arquivos e concentrações de documentos que permitiam avançar pelo caminho serial e quantita tivo, e levar à linguagem das porcentagens e das médias muitos dos fatos das sociedades que estudavam.

Citemos sobre esse cuidado com a linguagem o próprio Georges Duby, que oferece o testemunho do exame das palavras como núcleo do próprio método histórico, pelo menos para quem tem como especia lidade a Idade Média. "Nos escritos narrativos compostos no século. XII no noroeste do Reino da França se observam certos homens de bom nascimento designados como 'jovens', seja individualmente pelo adjetivo 'juvenius', seja coletivamente pelo substantivo 'juventus"".

Os historiadores voltaram finalmente à ideia de que a atenção para com as palavras era um dos mais importantes segredos do oficio, e, ao lado das preocupações documentais, seriais e quantitativas, e apoiando-se nos descobrimentos da linguística em princípios do século XX, a preocupação com as palavras e as coisas, que nunca se havia se abandonado de todo, voltou a ocupar seu lugar, com uma considera ção mais precisa das relações entre linguagem e sociedade,

Todavia, ainda hoje, em muitas ocasiões na investigação histó rica, continua a se passar com pouca atenção pelas palavras-e por suas relações, como se uma reflexão inicial sobre a linguagem em que uma época tratou de uma situação determinada (de um acontecimento, de algo que sucedeu, de um evento) não fosse um preâmbulo necessário à colocação correta dos problemas e uma oportunidade de abrir portas a uma análise - a análise histórica - que expõe as dificuldades que vão mais além do resumo dos fatos de uma época.

Como se sabe-ou se deveria saber-, uma das vias mais produ tivas de entrada à análise de uma sociedade, e uma das formas mais eficazes de luta contra opstnocentrismo e o anacronismo, está dada pelo reconhecimento do caráter específico da linguagem com a qual a sociedade nomeia e classifica seus objetos, mediante a reconstrução da linguagem em que designa as relações, os grupos sociais e as formas de interação que a caracterizam.

Não se trata de que a linguagem seja um reflexo direto da so ciedade, o testemunho passivo da forma como as coisas transcorriam em certa época. Trata-se, simplesmente, do ponto inicial em que os enigmas começam a aparecer, com seu caráter complexo de indica ções, que, ao mesmo tempo, se oferecem como pistas sobre o mundo das relações e como lugares de engano e distorção acerca da natureza dessas relações.

Trata-se, antes de tudo, de que a linguagem nos põe em contato com as formas de perceber, com as formas de representar, com as formas como uma sociedade fala de si mesma.

Uma sociedade não é simplesmente um conjunto de estruturas desconectadas das formas em que elas mesmas são percebidas, sentidas e representadas. Entre as diversas formas de atividade humana que são o conteúdo dessas estruturas que designamos como sociais e que condensam a prática humana em sua historicidade, nenhuma é tão eficaz como a linguagem, nenhuma tão imprescindível como essa maneira de designar, de classificar, de elaborar, de coisificar e, às ve zes, de transformar o mundo social, que se encontra na linguagem."

Portanto, a análise da linguagem como análise da linguagem efetiva de uma época determinada- que é o que aqui designamos como semántica histórica - é instrumento e exigência inestimável do trabalho dos his toriadores e ponto obrigatório do pouco que se pode designar como método próprio no campo das ciências históricas.

Uma das palavras mais correntes no vocabulário dos historiado res quando querem falar da sociedade hispano-americana dos séculos XVI ao XVIII é a palavra colônia, que se utiliza muito mais do que a expressão sociedade colonial, expressão que tem pelo menos o mérito de assinalar que isso designado como colonial não era por isso menos uma sociedade, do ponto de vista de suas instituições sociais de suas estruturas políticas e da riqueza de sua experiência histórica.

É preciso levar em conta, deste modo, que o uso dessas palavras no vocabulário histórico que nos rodeia veio como um fato natural, como um fato herdado, que possivelmente ninguém se preocupou em interrogar, o que faz com que tal designação nunca seja discutida e que a própria polissemia da palavra passe como um fato inexistente

As declarações da liderança revolucionária que em 1959 tomou o poder em Cuba enfatizaram, quase desde o princípio, que se lu tava contra o colonialismo que os Estados Unidos haviam instaurado por todo o mundo, e não estabeleceram nenhuma diferença entre as formas de dominação presentes nas sociedades latino-americanas e as dominações existentes, por exemplo, nos novos estados africanos.

Esse vocabulário, além do mais, já havia sido, na maior parte das vezes, o dos analistas e críticos que iniciaram sua carreira intelectual no primeiro terço do século XX- como o caso do destacado economista e sociólogo colombiano Antonio García, entre vários outros, que radicalizaram uma linguagem que, na realidade, tinha suas raízes na própria época da independência nacional, embora todos o ignorassem.

De sua parte, John Elliot, com muitas boas razões, crê que se se observa o conjunto do continente americano, o início da grande mudança entre os impérios inglês e espanhol e suas possessões de ultramar começa imediatamente no término da Guerra dos Sete Anos (1756-1763), quando dois impérios exaustos e com grandes necessidades econômicas decidem começar a modificar o estatuto político sob o qual haviam vivido os povoadores dessas regiões.

Por outro lado, no caso dos ilustrados dos finais do século XVIII, pode-se determinar com precisão que o termo colônia não foi utilizado de forma corrente. Ele não aparece, por exemplo, senão como exceção e em um sentido diferente no Papel Periódico de Santafé de Bogotá, em finais do século XVIII, e quando aparece, como em alguns textos daqueles aos quais se designa com certa ligeireza como economistas coloniais (como no caso de José Inácio de Pombo, que, efetivamente, usou a palavra colônia e talvez a expressão sistema colonial), o sentido é completamente diferente e a avaliação política que inclui não coincide em nada com a que encontraremos desde bem cedo no século XIX,

A palavra, depois tão repetida e assumida por inteiro pela his toriografia colombiana dos séculos XIX e XX, tem, pois, uma longa história na qual se ressaltam duas coisas. Primeiro, que, como instru mento de crítica e caracterização de um tipo de sociedade e de relação política, foi, antes de tudo, uma criação precoce das potenciais rivais da Espanha - Inglaterra e França em sua luta pela hegemonia em várias partes dos continentes nos quais tinham interesses precisamente colonialistas e, portanto, uma necessidade urgente de desprestigiar seu rival. Segundo, que se trata de um vocábulo de uso econômico e político utilizado por alguns dos ilustrados de finais do século XVIII de maneira mais propriamente excepcional e que só começou a se utilizar de forma sistemática depois de 1808 por parte dos patriotas e republicanos hispano-americanos, quando quiseram caracterizar a sociedade contra a qual se levantavam e sobre cuja existência histórica haviam modificado radicalmente sua percepção, com uma velocidade que impressiona, no momento em que começou a crise da monarquia espanhola, depois da invasão de Bonaparte ao território espanhol."

Trata-se de uma análise que depois foi exportada para outras latitudes, com um trabalho de estilização no qual fica apagada a origem das nações e seus contextos iniciais de circulação, constituindo em universais formulações que perdem sua in teligibilidade quando são separadas de seus laboratórios de formação."

É importante prestar atenção à forma como se produz o traslado e a recepção de um grupo de noções que expressavam de maneira direta a realidade da Índia aos estudos culturais nos Estados Unidos, e a como logo se produziu o processo de assimilação dessas noções como perspectiva explicativa do mundo latino-americano dos séculos XVI ao XIX, por parte dos graduados latino-americanos e dos espe cialistas norte-americanos sobre essas sociedades, cuja opinião conta tanto para avaliar o que se faz e o que se escreve na América Latina.

A crítica dessas simplificações rápidas foi feita várias vezes por analistas sociais dos mais distintos campos e contextos, e encontrou uma formulação muito adequada na crítica da noção de povo entre os representantes dos partidos democratas, nas análises de Marx no El dieciocho Brumario de Luis Bonaparte. A crítica voltou a ser apresentada há pouco por Georges Didi-Huberman, em sua breve mas eficaz crítica dos usos de povo em alguns trabalhos de Pierre Rosanvallon.

É preciso acrescentar, com toda precisão, que na América Es panhola a monarquia foi a forma de dominação geral existente na sociedade; a instância de domínio em nome da qual as autoridades tentavam legitimar seus mandatos perante as sociedades nativas, pe rante as pessoas negras, perante os mestiços e perante os que se de signavam como espanhóis americanos.

A linguagem é, pois, uma possibilidade e uma dificuldade. Se o passado é um país estranho, como dizíamos no início, a existência de um repertório de palavras formalmente iguais ou similares às que nós utilizamos, séculos depois de ocorridos os eventos que analisa mos, é um fato que pode desorientar nossas análises se não tivermos realizado essa reflexão sobre a linguagem, que é parte constitutiva do trabalho do historiador.

Trata-se dos casos nos quais o vocábulo não existe na linguagem atual ou se transformou em um arcaísmo por força da mudança histórica. Qualquer um deve se surpreender normalmente, quando é bom leitor, se em sua documentação aparece a palavra mor rocota (moeda antiga de ouro e prata e de tamanho grande) ou se fala de tomines (moedas de prata usadas em algumas partes da América) ou se encontra o nome de uma velha medida agrária que desconhece por completo.

Poderíamos acrescentar, então, a seguinte observação: se neces sitamos pés de chumbo para interrogar a linguagem -e a realidade prática ali inscrita - de sociedades que no fundo não estão tão afastadas da nossa experiência, como são as designadas sociedades coloniais, que mal se inscrevem no processo de expansão do domínio sobre mar e terra das potências europeias maiores a partir do século XV, e sob cuja dinâmica expansiva caíram antigas e importantes civilizações, que foram a partir desse momento incorporadas com força e violência ao sistema mundo em formação, de quanto mais firmeza e imagina ção controlada necessitaremos para nos aproximarmos desses velhos mundos das sociedades pré-hispânicas sem escrita (ou pelo menos sem escrita alfabética, embora com uma grande riqueza de testemunhos arqueológicos legados à nossa interrogação) que constituem as mais longas idades sociais do território que ocupamos e em cuja investigação a arqueologia e a história têm necessidade de se reunir?